



territórios negros

Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas • Publicação de KOINONIA

ano 7 • nº 30

jul./ago.2007 • ISSN1981-755x

editorial

Sete anos e trinta números depois, a missão deste Informativo não poderia ser mais atual: contribuir para o surgimento e consolidação de uma rede de apoio às comunidades quilombolas, por meio da produção e circulação de notícias.

Hoje está claro que, por vivermos em um Estado democrático regulado por uma legislação que preza pelo respeito aos direitos humanos, tornou-se impossível continuar utilizando as velhas formas de expropriação e opressão. Populações que até pouco tempo atrás eram vistas apenas como exército de reserva de mão-de-obra ou como massa de manobra começaram a ser reconhecidas, a se reconhecerem e a atuarem como sujeitos políticos e econômicos.

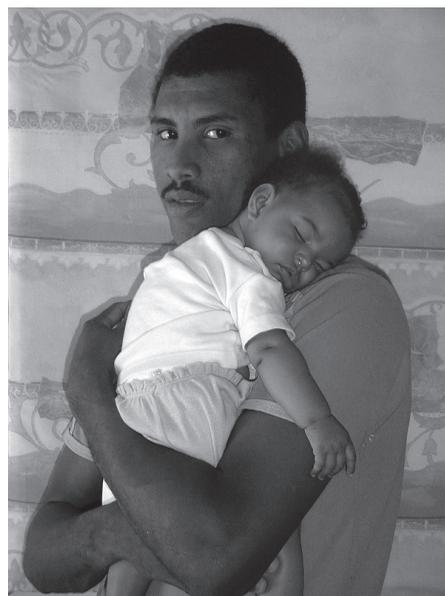
Porém, todos os envolvidos ou que apenas acompanham a situação dessas comunidades, entre elas a quilombola, sabem que se trata ainda de um processo que começa a ganhar corpo. Mesmo assim, já representa uma ameaça insuportável para os atores políticos e econômicos que sempre desfrutaram de privilégios. A cada avanço na consolidação de direitos, há uma resposta contrária, e cada vez mais violenta.

Mas como já não é possível mobilizar com a mesma impunidade os instrumentos de repressão desenvolvidos e utilizados nos últimos 500 anos, essa reação tem que se adaptar. Em um texto recente da Comissão Pastoral da Terra falava-se, apropriadamente, dos "novos capitães do mato". Suas armas são a manipulação de notícias e a repetição incansável de idéias anti-democráticas, anti-humanistas e explicitamente reacionárias que, de tanto serem repetidas, acabam deixando de ser absurdas e passam a ser aceitáveis para, logo depois, se tornarem verdades absolutas.

A imprensa, instrumento fundamental à ordem democrática, tem sido usada assim: discrimina opiniões, falsifica notícias, nega direito de resposta e fomenta antigos medos e fantasmas. Fantasmas que são ressuscitados para impedir a efetivação de direitos estabelecidos na Constituição Federal e na legislação nacional e internacional, tais como os próprios Direitos Humanos, a função social da propriedade, o direito à organização política, o direito ao pleno reconhecimento das diferenças.

Nesse campo a luta é muito desigual: ainda que não haja monopólio formal dos meios de comunicação, há um monopólio econômico efetivo. Ainda que haja uma suposta concorrência entre os veículos da imprensa, a maioria deles acaba sendo pautada e repetindo as idéias do mais forte. Aos poucos, a desinformação produzida por esses novos capitães do mato midiáticos acaba por formar a opinião até mesmo de camadas razoavelmente bem informadas e bem intencionadas, isolando a questão quilombola.

No número passado, nosso editorial falava da forma sistemática que estava assumindo a oposição de boa parte da imprensa à questão quilombola. Neste número, registramos não só a campanha contra uma dessas comunidades – São Francisco de Paraguaçu –, assim como os seus efeitos políticos e administrativos. Essa parte da imprensa agora pauta também a ação governamental e já é possível identificar termos e idéias desses novos ideólogos da direita anti-quilombola em pareceres oficiais de órgãos governamentais. É diante disso que vimos confirmar o nosso compromisso com a missão de dar voz a grupos cuja perspectiva ou é desconhecida ou é distorcida por essa grande imprensa. Uma tarefa cada vez mais urgente.



• NACIONAL

GOVERNO ORÇA MAS NÃO GASTA

Entre 2004 e 2006, metade das verbas destinadas para políticas públicas de promoção dos direitos das comunidades quilombolas e afrodescendentes não foi utilizada. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), estavam autorizados no orçamento R\$ 202,5 milhões, mas o governo investiu apenas R\$ 100,62 milhões. Para o Inesc, essa tendência deve se repetir este ano. Até 13 de junho, o governo havia gasto

apenas 6,39% do orçamento de 2007 para ações em favor dos quilombolas. O Programa Brasil Quilombola apresentou uma execução orçamentária menor que a média geral. Dos R\$ 101,4 milhões previstos para as ações do programa no período analisado, apenas 32,3% (R\$ 32,84 milhões) foram realmente utilizados.

Veja como foram os investimentos do governo nas comunidades quilombolas na tabela abaixo:

Responsável pelo investimento no âmbito do Programa Brasil Quilombola	Quanto foi investido do total de verbas	Objetivo do investimento
MDA	20,93% dos R\$ 71,70 milhões disponíveis.	Atividades de reconhecimento, demarcação de terras, titulação e indenização de ocupantes das terras demarcadas ou tituladas.
Ministério da Saúde	36,83% do total disponível.	Atenção à saúde das populações quilombolas.
Ministério da Educação	62% ou R\$ 4,2 milhões do total disponível.	Ampliação da rede escolar, distribuição de material didático e capacitação de professores.
Seppir	58% dos R\$ 23,6 milhões disponíveis.	Capacitação de agentes representativos das comunidades quilombolas e fomento ao desenvolvimento local.

Fonte: Imirante.com, O Globo, Revista Fórum e JB Online

REAÇÃO CONSERVADORA NO CONGRESSO

A simples promessa de avanço efetivo dos direitos quilombolas já tem provocado reação dos políticos conservadores. O senador Gerson Camata (PMDB-ES) e o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) têm despontado como os porta-vozes desta reação.

1. Projeto contra quilombolas é arquivado

O Projeto de Decreto Legislativo 44/2007, de autoria de Valdir Colatto, que pretendia suspender o decreto 4887/2003, que regulamenta o processo de regularização das terras quilombolas, foi

arquivado pela Câmara dos Deputados. A decisão foi tomada pelo presidente da casa, Arlindo Chinaglia e pela relatora do Projeto na Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputada federal Iriny Lopes (PT-ES). Segundo ela, "se existe algo que o Poder Legislativo, que tem entre suas atribuições a fiscalização dos atos do Executivo, deve fazer urgentemente é cobrar a rapidez nos processos de titulação de terra de quilombolas junto ao Incra e não aprovar leis que restrinjam ainda mais os direitos sociais e econômicos dessa população".

2. Ameaça de guerra

No dia 11 de julho o senador Camata fez um pronunciamento no qual criticava a legislação federal que regulamenta os processos de titulação das terras quilombolas. Segundo Camata, "estão se baseando num direito que não existe. Isso vai provocar mortes, vai ter muito enterro. Estão pregando o ódio racial pensando que vão iniciar uma revolução cubana no Brasil. Tem gente se armando e se preparando para uma guerra." No dia seguinte, a ministra Matilde Ribeiro disse que a política governamental para os quilombolas é "uma política que tem responsabilidade com a história". E, em 20 de agosto, a deputada federal Iriny Lopes (PT-ES), fez pronunciamento na Câmara dos Deputados afirmando que há um desconhecimento por parte considerável de deputados federais e estaduais, e da própria imprensa sobre a questão quilombola, por ignorarem o Decreto nº 4.887, do presidente Lula, que busca corrigir os equívocos do decreto do governo anterior.

Fontes: Agência Brasil, Agência Senado, Site Século Diário e Centro de Cultura Negra do Maranhão.

I QUILOMBINHO

Nos dias 2 e 3 de julho, crianças e adolescentes entre 7 e 18 anos, de 60 comunidades quilombolas, reuniram-se em Brasília para o I Quilombinho - Encontro Nacional de Crianças e Adolescentes Quilombolas. O evento foi promovido pela Coordenação Nacional das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), com apoio do Unicef, Seppir e FCP. Quilombinho foi o primeiro encontro que reuniu gestores de governo e jovens quilombolas para discutir o acesso dessas populações às políticas públicas. No último dia, os participantes produziram uma carta com propostas: "Nós, jovens guerreiros, temos como principal objetivo dar continuidade a estes projetos [elaborados durante o Quilombinho], como construtores de idéias e saberes, buscar a identidade e o resgate de nossa história", diz um dos trechos. Entre as prioridades listadas está a preservação da identidade cultural dos quilombos por meio da criação do Estatuto da Igualdade Racial e da garantia de liberdade religiosa. O documento foi entregue ao congresso e ao presidente Lula e será enviado a organismos internacionais e organizações não-governamentais.

Fonte: Agência Brasil

• NOS ESTADOS

MA

COMUNIDADES DE ITAPECURU-MIRIM INTERDITAM BR

Um trecho da BR-135 foi bloqueado, na altura do povoado Santa Rosa, em Itapecuru-Mirim (MA), por cerca de 500 famílias de 45 comunidades, no dia 29 de agosto. Os manifestantes reivindicavam a titulação de mais de sete mil hectares e a retirada de fazendeiros e outros ocupantes irregulares das terras. A rodovia foi liberada após uma reunião dos quilombolas com o superintenden-

te do Incra, Raimundo Monteiro, e autoridades das Polícias Federal e Rodoviária. Foi acertado que representantes dos órgãos públicos irão agilizar o trâmite dos processos e fazer cumprir uma liminar do juiz de Itapecuru-Mirim, concedida em dezembro de 2006, de reintegração de posse das terras em favor dos quilombolas.

Fonte: Jornal Pequeno on line e Imirante.com

PE

NÃO À TRANSPOSIÇÃO

Cerca de 200 quilombolas de 20 comunidades de Pernambuco e do Piauí reuniram-se nos dias 7 e 8 de agosto no território indígena do Povo Truká, na Ilha de Assunção, em Cabrobó (PE). O objetivo foi discutir o projeto da Transposição do Rio São Francisco.

Dez comunidades dos municípios de Salgueiro, Mirandiba, Cabrobó e Orocó serão atingidas, caso a transposição seja realizada. Integrantes do Ministério da Integração visitaram estas comunidades afirmando que o projeto irá beneficiá-las: afirmaram que elas poderiam ter casas, telefone público, posto de saúde, escola, estradas e água, mas só se houvesse o projeto de transposição. Assim, algumas comunidades assinaram atas concordando com o projeto.

Os quilombolas presentes no evento planejaram ações para enfrentar o caso, entre elas: entrar com uma ação junto ao Ministério Público Federal contra a ação do Ministério da Integração nas áreas quilombolas; realizar reuniões sobre o tema para sensibilizar as comunidades e escolas; publicar Carta Quilombola, reafirmando a posição contrária à transposição; e reforçar as lutas nos canteiros de obra e o apoio à luta dos indígenas.

Alternativas

Os quilombolas apontaram alternativas à Transposição como o projeto "Um milhão de Cisternas",

da Articulação do Semi-Árido; e a construção de barragens subterrâneas. O encontro contou com o apoio dos Povos Truká e Tumbalalá.

Fonte: Articulação Popular do Baixo São Francisco, Centro de Cultura Luiz Freire e Grupo de discussão GT Quilombos.

AL

DOCES DE SANTA LUZIA

Cinquenta famílias da comunidade de Santa Luzia do Norte estão envolvidas na fabricação de bolos e doces como beiju, pé de moleque, tapioca e bolos de macaxeira e de milho. As mulheres são as grandes responsáveis por essa tradição e já criaram uma Associação das Boleiras do Quilombo de Santa Luzia do Norte. Em julho, a Secretaria de Estado do Trabalho de Alagoas se comprometeu a investir em melhorias na infra-estrutura de produção, gestão e comercialização da Associação.

Fonte: Agência Alagoas e Fundação Cultural Palmares

SE

LAGOA DOS CAMPINHOS AMEAÇADA

Nos últimos dois meses, a comunidade Lagoa dos Campinhos vem sofrendo com o agravamento de um conflito com fazendeiros que já existe há dois anos. Os quilombolas foram ameaçados várias vezes por homens armados. Em função dessas denúncias, o Ministério Público Federal pediu à Polícia Federal que realizasse com urgência diligências na área para contornar a situação, mas os acusados negam terem feito as ameaças. Os estudos do Incra para regularização das terras quilombolas ficaram prontos em julho e o prazo de 90 dias para a contestação já foi aberto. Lagoa dos Campinhos fica no município de Amparo do São Francisco, a 116 km de Aracaju.

Fonte: Agência Brasil e Site Em Sergipe.com

CERCO A SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

A comunidade, localizada no Recôncavo Baiano, foi reconhecida por certificação emitida pela FCP em 17 de junho de 2005 e reivindica uma área de 5 mil hectares onde se localizam fazendas de empresários ligados à grande imprensa. Por isso Paraguaçu é hoje um dos principais focos de ataque público.

No dia 14 de maio, o Jornal Nacional da Rede Globo veiculou uma reportagem que levantava suspeita de fraude no processo de certificação. A então procuradora federal da FCP, Ana Maria Lima de Oliveira, considerou levianas as informações e a condução da reportagem. Ana Maria declarou que não cabe ao governo dizer quem é ou não quilombola. Conforme a lei, o governo tem por dever constitucional emitir a certidão de auto-reconhecimento e o Incra abre então o processo para titular a terra.

Ainda assim, em decorrência destas denúncias, a FCP suspendeu a emissão de Certidões de Auto-Reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos e instituiu dois Grupos de Trabalho. Um, criado em 6 de julho, tem por objetivo rever o processo de certificação pela FCP e a tramitação dos procedimentos de regularização fundiária do Incra e ainda não foi concluído. O outro, criado no dia 11 de julho, tinha por objetivo responder à Sindicância Administrativa sobre as denúncias relativas à certificação de São Francisco do Paraguaçu. Depois de 30 dias, este



São Francisco do Paraguaçu, BA

grupo concluiu que as denúncias eram infundadas, mas a Rede Globo fez, logo em seguida, uma nova reportagem no Jornal Nacional insistindo nas mesmas denúncias, com os mesmos argumentos e os mesmos entrevistados da primeira reportagem.

No dia 22 de agosto a Comunidade sofreu sua primeira derrota judicial. O juiz federal substituto da 11ª Vara, Fábio Souza, concedeu liminar de reintegração de posse contra os quilombolas de Paraguaçu, em favor da ação movida pela fazendeira Rita de Cássia Salgado de Santana que os acusa de "invasão". A comunidade nega a acusação e afirma que está na posse dessas terras há anos. Mas o juiz tomou a decisão sem ouvir os quilombolas, numa audiência em que a maioria das testemunhas da fazendeira eram funcionários da família e prestaram depoimentos contraditórios.

Fonte: Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no estado da Bahia (AATR-BA) e FCP

Conheça melhor a comunidade de São Francisco de Paraguaçu na seção Um Território, desta edição.

LIMINAR EM DEFESA DA COMUNIDADE DE SANTIAGO

Em julho, os moradores da comunidade denunciaram à Promotoria de Justiça a ação de um grileiro que atua como advogado na região. O advogado dizia ser o proprietário de grande parte da área ocupada pela comunidade e chegou a retirar cercas que delimitavam a área. Atendendo ao pedido do Ministério Público estadual, a Justiça de Minas Novas, localizada na região do Vale do Jequitinhonha (MG), concedeu liminar para bloquear a matrícula dos imóveis do advogado e proibi-lo de entrar na área quilombola, sob pena de multa diária de R\$ 5.000.

Fonte: Revista Jurídica Última Instância

QUILOMBOLAS RETOMAM TERRAS EM LINHARINHO, MAS JUIZ DETERMINA RETIRADA

No dia 23 de julho, cerca de 500 quilombolas ocuparam uma área em Linharinho, no município de Conceição da Barra, no norte do estado. Eles cortaram os eucaliptos, construíram barracas, montaram uma cozinha coletiva, promoveram atividades culturais e o plantio de ervas medicinais. O objetivo da ocupação da área era pressionar as autoridades para que se concretize a demarcação da área reconhecida como território quilombola pelos estudos do Incra. De acordo com Jefferson Correia, do programa de regularização de territórios quilombolas do Incra no Espírito Santo, o processo de vistorias para possíveis indenizações está atrasado por causa da greve do Incra. Além disso, o Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, órgão estadual, está prejudicando o processo de regularização das terras quilombolas, pois não repassa informações sobre as terras devolutas da região. Há suspeitas de que boa parte das terras ocupadas pela Aracruz decorra de ocupação irregular de terras devolutas. Para que as indenizações ocorram, o governo estadual precisa confirmar se as terras foram adquiridas legalmente. Além da Aracruz, três proprietários ocupam a área pleiteada pelos quilombolas.

Porém, a Justiça Federal de Linhares concedeu à Aracruz Celulose liminar de reintegração de posse da área ocupada pelos quilombolas. O juiz federal substituto, Leonardo Marques Lessa, considerou que a Aracruz é a legítima proprietária da área ocupada. A decisão judicial contraria a portaria do Incra, publicada no Diário Oficial em maio deste ano, que atesta o local como pertencente aos quilombolas. A portaria reconhece 9.542,57 hectares como território quilombola na região de Linharinho. 82% dessa área estão ocupados por vegeta-

ção de eucaliptos. Hoje existem 48 famílias quilombolas vivendo nessa região, conhecida como Sapê do Norte, em uma área de apenas 147 hectares.

Os quilombolas recorreram da decisão no dia 28 de julho ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Rio de Janeiro.

Fonte: Carta Maior, Gazeta online, Informativo Quilombo Linharinho n.3, Site Direito do Estado, Site Século Diário

RJ

TOCHA OLÍMPICA EM CAMPINHO

No dia 9 de julho a Tocha Olímpica dos Jogos Pan Americanos esteve na comunidade de Campinho da Independência, localizada em Paraty, sul do estado do Rio de Janeiro. A comunidade, atletas, artistas e autoridades governamentais participaram da cerimônia de revezamento da tocha. Os jogos Pan Americanos foram realizados em julho no Rio de Janeiro.

Fonte: TV Globo

MARAMBAIA EM FESTA

Nos dias 6 e 7 de julho a ARQIMAR (Associação dos Remanescentes de Quilombo da Ilha da Marambaia) promoveu o Arraial Esperança na Ilha da Marambaia, localizada em Mangaratiba (RJ). Mesmo com todas as dificuldades, como falta de transporte e ausência de luz elétrica, os quilombolas conseguiram organizar a festa julhina reunindo cerca de cem pessoas. Além da comunidade, participaram do Arraial representantes



Rosa Peralta

Praia Grande, Marambaia, RJ

de entidades como KOINONIA e Justiça Global, que fazem parte da *Campanha Marambaia Livre!* pela regularização do território quilombola da Ilha da Marambaia.

Fonte: KOINONIA

SP

CASA DE FARINHA E LUZ PARA FAZENDA DA CAIXA

No dia 20 de julho foi reinaugurada uma casa da farinha e comemorada a chegada da energia elétrica para 33 famílias quilombolas da Fazenda da Caixa, região norte de Ubatuba. A festa foi aberta com a apresentação musical das crianças do Projeto Guri, seguida da solenidade que contou com a presença de representantes dos governos federal, estadual e municipal e líderes comunitários. "Para nós, é um sonho realizado, pois aguardamos com muita ansiedade a luz aqui no Sertão da Fazenda", declarou Laura de Jesus Braga, da Associação dos Remanescentes de Quilombo da Fazenda da Caixa.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ubatuba e Site Click Litoral

OBRA DO GOVERNO NÃO FUNCIONA EM IVAPORUNDUVA

O sistema da captação e tratamento de água construído pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Quilombo de Ivaporunduva, há mais de um ano, e que deveria atender 80 famílias não está funcionando. O projeto previa a construção de dois reservatórios, um para fazer a filtragem da água e outro para receber a água já filtrada. Também estava incluída a construção de uma rede de distribuição de água para as casas dos quilombolas. Hoje o que abastece a comunidade é a antiga rede, que é precária. Um engenheiro da Funasa esteve no local e diagnosticou o problema, mas não o resolveu. A comunidade de Ivaporunduva espera da Funasa uma solução.

Fonte: Site Quilombos do Ribeira

QUILOMBOLAS NA AGRIFAM

Entre 2 e 5 de agosto foi promovida em Agudos (SP) a Agrifam (Feira do agronegócio familiar), organizada pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp). A feira contou com 200 expositores, entre eles dez quilombolas e assentados que formaram um estande de comercialização representando cerca de 10.000 agricultores. Eles comercializaram diversos produtos como cachaça artesanal, rapadura, doces de leite e cocadas, mel, pães, queijos, vassouras e buchas; artesanatos de madeira, de conchas e de folhas de coco; roupas confeccionadas e tecidos tingidos. Segundo o Itesp, os visitantes se encantaram com a qualidade do artesanato em fibra de banana produzida pelos quilombos do Vale do Ribeira. O Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) se interessou em contratar os artesãos para cursos de capacitação nas dezenas de unidades que a instituição mantém no estado.

Fonte: Boletim do Itesp, n.22

RS

SENADOR PROMETE APOIAR QUILOMBOLAS

No dia 30 de junho, um encontro na comunidade do Limoeiro (Palmares), reuniu quilombolas do Litoral Norte do estado, representantes do Incra, da Seppir e o senador Paulo Paim. Os quilombolas fizeram diversas reivindicações e entregaram documentos ao senador Paulo Paim. Entre eles, um abaixo-assinado das comunidades de Casca, Colodianos e Teixerias solicitando apoio ao Projeto Auto Determinação, Milho, Feijão, Arroz e Cebola. O documento pedia apoio do senador, uma vez que os recursos do projeto não eram suficientes. Paim prometeu uma Emenda Parlamentar de R\$ 500 mil, além da promoção de uma audiência pública com a Seppir.

Fonte: Instituto de Assessoria às Comunidades Remanescentes de Quilombos do Rio Grande do Sul (Iacoreq)

Marambaia reage ao ataque de O Globo

De maio a julho a comunidade da Marambaia foi tema de uma reportagem do O Globo e de um artigo do filósofo Denis Lerrer Rosenfield que apresentavam informações equivocadas sobre a comunidade. O artigo de Rosenfield afirmava que os quilombolas de Ilha da Marambaia são uma invenção. O mesmo filósofo também é autor de um texto, publicado no O Globo em 6 de agosto, no qual sugere que

KOINONIA e seus parceiros internacionais têm interesse em influir na distribuição de terras no país e na Constituição. Em resposta à reportagem do O Globo a comunidade da Marambaia escreveu uma carta na qual esclarece os erros do jornal, transcrita abaixo.

Leia também a resposta de KOINONIA, publicada em seu site e no Observatório Quilombola com o título: "10 Jardins Botânicos preservados!"

Resposta ao Globo

Na manhã do dia 20 de maio deste ano, nós, nativos e remanescentes de africanos que foram escravos na Ilha da Marambaia, deparamos com uma reportagem no Jornal O Globo. Numa matéria de página inteira com uma foto de uma área mostrando uma praia que não habitamos, com um longo texto sobre especulação e afirmando que cada família reivindica 70 maracanãs. Num outro, a chamada diz que o lugar parou no século 19, porque não foi mostrado as praias em que habitamos e que realmente reivindicamos o direito de continuar. Apesar da afirmativa de que o lugar está parado há dois séculos, nós não estamos parados. Se o lugar parece estar no século 19 é sinal de que conservamos. Nossos antepassados nos deixaram tal conscientização. Não fazemos treinamentos com tiros reais e nem de festim porque não usamos armas, não as temos. Por outro lado, sabemos que as favelas são edificadas por pessoas como nós, que não têm seus direitos respeitados. As leis só funcionam para os poderosos e que, nas favelas, a luta pela sobrevivência no dia a dia é igual a dos quilombolas. A grande mídia não escreve sobre os médicos, professores, advogados, etc., que são excelentes profissionais e vivem ou nasceram em favelas. A grande mídia também não mostra para a sociedade os quilombos conservados há séculos como forma de conscientização em relação às questões ambientais dos quais os quilombolas têm práticas seculares. E ainda mais, sabemos que as favelizações no Brasil ocorrem não porque as pessoas optam por isso e sim pelo fato de não terem seus direitos garantidos, tanto quanto os quilombolas, por serem acima de tudo negros e pobres.

Nós, da Ilha da Marambaia, não estamos contados nos anais da história como aconteceu com Palmares, mas temos nossa história, que é contada ainda hoje por alguns dos netos dos africanos que foram escravos aqui. É certo que um povo não existe se não tem história.

Quem conhece a Ilha da Marambaia sabe que lugares para servir de esconderijo não faltam e nunca faltou. O que nos importa é saber se vamos ter a lei cumprida na íntegra, ou vamos aumentar a quantidade de mendigos deste país, onde tudo favorece a elite.

E agora, como o "mato" está na moda, os que antes eram chamados bichos do mato não podem mais viver no mato que cuidaram porque os poderosos querem o local e acusam a população de favelizar como se a favela não fosse lugar de gente, e gente brasileira. A história dos

quilombos, na maioria das vezes não consta nos livros. É contada nos quintais, nas roças ou durante as pescarias e isso não interessa aos jornais e televisão. O que interessa é que os que vivem no mato não podem mais continuar vivendo, pois lugares bonitos não podem pertencer aos pobres e negros que lá nasceram. A história sempre nos fala através dos livros, revistas, jornais e TVs dos "senhores" de negros e pobres que existiam. E hoje, através de atos como as publicações deste veículo contra as comunidades quilombolas, deixam bem claro que os "senhores" continuam existindo e exigindo senhoria. Nós também existimos e queremos continuar. Afinal de contas, não fazemos mal a ninguém. Amamos o lugar em que nascemos e por isso conservamos. Antes não havia leis para negros e pobres remanescentes de negros escravizados. Hoje existem leis no Brasil para todos. Nós, quilombolas do Rio de Janeiro e outras comunidades tradicionais, somos brasileiros. Nossas histórias de resistência perduram até hoje, principalmente contra o racismo. A Constituição do nosso país, no artigo 68 do ADCT, diz que os remanescentes foram permanecendo nas terras onde seus antepassados foram escravos têm direitos a elas, comprovada por títulos. E nós somos o que restou dos escravos trazidos pelo Sr. José Joaquim de Souza Breves, do continente africano. Continuamos na Marambaia como a própria reportagem afirma, desde o século 19. Não pedimos para que a OM [Organização Militar] saia da Marambaia. O que estamos lutando é para ficar onde já estamos morando, para construir nossas moradias, para não ter que ficar duas ou mais famílias morando numa mesma casa. Fazer nossas plantações, respeitando a terra como os nossos antepassados nos ensinaram e pedindo as leis e fiscalização para defender nossa área de pesca e criadouros naturais. Queremos que cada família tenha seu espaço para plantar e pescar, como sempre fizemos, e garantias de ter políticas públicas como os direitos à saúde, transporte, saneamento básico, educação, capacitação dentro de nossa realidade para termos sustentabilidade garantida através dos recursos naturais que temos, sem depredar a ilha. Além de monitorar e avisar a OM quando algum estranho invade a área, como sempre fizemos. O que fazemos beneficia toda a região, principalmente as ilhas vizinhas e os que dependem desse ambiente para viver.

Comunidade remanescente de quilombo da Ilha da Marambaia

SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU

A comunidade remanescente de quilombo de São Francisco do Paraguaçu localiza-se no município de Cachoeira, às margens da Baía do Iguape, no Rio Paraguaçu, Recôncavo Baiano, distante 110 km de Salvador por via terrestre.

Sua origem remonta ao século XVII, quando, devido ao advento da produção de açúcar no Brasil, os escravos começaram a chegar para trabalhar nos canaviais e na construção do Convento de Santo Antonio, fundado em 1649, mas só concluído em 1686. Repleto de obras de arte, como imagens, pinturas e móveis, o imóvel foi tombado em 1941 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Fugas e rebeliões de escravos eram comuns e contribuíram para a formação dos primeiros quilombos da região, que era propícia não só para a instalação e expansão das fronteiras agrícolas, mas também como importante via de acesso, pelo rio Paraguaçu, para o interior do Brasil.

Em São Francisco do Paraguaçu, cerca de 300 famílias vivem da agricultura de subsistência, da pesca, da coleta de marisco e do extrativismo da piaçava. A atividade produtiva é baseada no trabalho familiar, na cooperação simples entre diferentes grupos domésticos e no uso comum dos recursos naturais. O modo de vida tradicional dos quilombolas mantém a integridade do ecossistema ao longo das gerações.

Os integrantes da comunidade relatam que há vinte anos foi diminuindo a área de plantio, as famílias vêm sendo expulsas, espremidas em direção à vila. Muitos comunitários de São Francisco do Paraguaçu deixaram o território em busca de melhores oportunidades de emprego nas cidades e hoje habitam bairros periféricos de Salvador, sobretudo, Sussuarana, Palestina, Massaranduba, Pau da Lima e Fazenda Grande.

Organizados através da Associação dos Remanescentes do Quilombo São Francisco do Paraguaçu – Boqueirão, os moradores vêm sofrendo desde 2005 violentos ataques provenientes dos fazendeiros da região, como destruição de roças e da sede da associação; invasão de residências; restrição ao trânsito dos comunitários e perseguições armadas. Os quilombolas denunciam que esses fazendeiros contam com a colaboração de agentes públicos e policiais militares, cuja atuação clandestina está sendo alvo de sindicância pelo Comando da Polícia Militar de Cruz das Almas, Bahia, e foi atestada em relatório da Polícia Federal.

No campo judicial, uma das famílias que disputa a terra com a comunidade ingressou com uma ação de reintegração de posse na co-



São Francisco do Paraguaçu, BA

Faculdade de Educação da UFBA

marca de Cachoeira, respaldada por um título de propriedade datado de 1904. A Justiça Estadual acatou o pedido e concedeu liminar, ordenando que os quilombolas desocupassem suas terras. No entanto o Ministério Público Federal e a Fundação Cultural Palmares consideraram que a matéria não poderia ser julgada pela Justiça Estadual.

Assim, em maio de 2006, o processo foi remetido à Justiça Federal, que manteve a decisão liminar da Justiça Estadual mesmo sem realizar audiência de justificação de posse ou inspeção judicial, o que acabou agravando as investidas contra a comunidade remanescente.

Além de todas essas adversidades, a comunidade é acusada de cometer crimes ambientalistas e de fraudar o processo de certificação de auto-reconhecimento enquanto comunidade quilombola. As acusações partem principalmente da TV Globo e de uma ONG fundada por fazendeiros da região. A questão da fraude, porém, já foi esclarecida por meio do resultado da sindicância da Fundação Palmares, que comprovou a legalidade do procedimento.

Fontes Bibliográficas:

Centro de Mídia Independente (CMI Brasil):

<http://www.midia independente.org/>

Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI-SP):

<http://www.cpis p.org.br/>

Faculdade de Educação da UFBA:

<http://www.faced.ufba.br/>

Observatório Quilombola:

www.koinonia.org.br/oq

Daniela Yabeta

Historiadora

Mestranda em História das Instituições (UNIRIO)

MANDINGA

Quando falamos em mandinga logo pensamos em bruxaria, feitiçaria, mas a palavra refere-se ao grupo dos *mandingas* ou *malinkes*, habitantes do reino muçulmano de Mali que vieram do vale do Níger, na África, por volta do século XIII.

Os mandingas tinham por costume usar amuletos no pescoço na forma de pacotinhos contendo papéis com versículos do Alcorão e signos de Salomão, e foi deles que surgiram as bolsas de mandingas tão difundidas no Brasil.

De origem africana islamizada, o amuleto acabou por se difundir entre a população negra de origem banto – oriunda do Congo ou de Angola – pelos outros grupos africanos envolvidos no tráfico, e pela população em geral, tanto no Brasil colônia, quanto no próprio reino português.

Confundidos com feiticeiros, os *mandingueiros* foram processados, principalmente no século XVIII, por portar ou vender estas bolsas para seus mais variados clientes, que acreditavam que ao usarem o amuleto ficariam com o “corpo fechado” e protegidos de inimigos.

As mandingas eram feitas, em geral, de pano branco e continham pedaços ou cacos de pedra d’ara (o pedaço de mármore do altar cujo orifício os padres consagravam a hóstia e o vinho) e pequenas tirinhas de papel cheia de letras e figuras. Esta é considerada como uma forma tipicamente colonial de feitiçaria no Brasil, por ser um amuleto sincrético, isto é, que mistura símbolos de diferentes tradições religiosas: a bolsa de mandinga incorporava a crença européia nos talismãs com os fetichismos (objetos mágicos) de origem africana e mesmo ameríndia. Por isso a sua enorme difusão na América de colonização portuguesa entre as mais variadas camadas sociais, sobretudo no século XVIII.

Mas as bolsas de mandinga também estiveram presentes em Portugal. Acompanhando seus senhores, muitos escravos transitaram entre a África, o Brasil e o reino português, fazendo com que as bolsas fossem levadas para a metrópole e registradas pela Inquisição européia.

O pequeno amuleto mágico nos permite compreender a especificidade da feitiçaria luso-afro-brasileira, a ocorrência de tensões microscópicas

na sociedade e a difusão de religiosidades sincréticas não só no Brasil como em todo o império português.

Daniela Yabeta
Historiadora

Fontes Bibliográficas:

Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu, de MOTT, L. pág. 155-220 do livro **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

O diabo e a Terra de Santa Cruz, SOUZA, L. de M. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

siglas usadas nesta edição

FCP: Fundação Cultural Palmares

Itesp: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Seppir: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Unicef: Fundo das Nações Unidas para a Infância

territóriosnegros

Este informativo é parte do projeto de comunicação do Observatório Quilombola (OQ), produzido pelo programa EGBÉ TERRITÓRIOS NEGROS de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Sua periodicidade é bimestral; com uma tiragem de 1.200 exemplares, destinada à distribuição entre as comunidades negras. Também encontra-se em formato digital no site de KOINONIA. Colabore com notícias e manifeste sua opinião.

Editor: José Maurício Arruti

Editora assistente: Rosa Peralta

Pesquisa: Andréa Carvalho, Ana Gualberto, Daniela Yabeta, Rosa Peralta

Programação visual: Cibele Bustamante

Redação: Manoela Vianna

Revisão: Helena Costa

Secretário-executivo KOINONIA: Rafael Soares de Oliveira



KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória • 22211-230
Rio de Janeiro • RJ
Tel. (21) 2224-6713 Fax (21) 2221-3016



territoriosnegros@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br
oq@koinonia.org.br
www.koinonia.org.br/oq

APOIO



NORWEGIAN CHURCH AID



Peed
Serviço das Igrejas
Evangélicas na Alemanha
para o Desenvolvimento



União Européia



FORD FOUNDATION



The United Church Of Canada
L'Église Unie Du Canada



CHURCH WORLD SERVICE

Esta publicação foi feita com apoio da União Européia. O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições da União Européia